

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 14/07/2016

- [Coordenadoria da Infância e Juventude do TJPE lança programa de apadrinhamento de crianças e adolescentes em todo o estado](#)
- [Em São Paulo, protestos contra assassinato de crianças marcam aniversário do ECA](#)
- [Nos 26 anos do ECA, uma reflexão: como os Conselhos Tutelares devem atuar para erradicar o trabalho infantil?](#)
- [Audiência na Câmara presta homenagem aos 26 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente](#)
- [ECA/26 anos: CNJ relembra conquistas pelos direitos da infância e juventude](#)
- [Com 26 anos de implantação, ECA tem avanços e desafios em Ji-Paraná](#)
- [1º Conselho Tutelar de Porto Velho atende 150 adolescentes por mês](#)
- [Artesãos ensinam crianças a fazer o próprio brinquedo na Fenearte](#)
- [Agências da ONU e parceiros lançam Aliança Mundial para acabar com a violência infantil](#)
- [ECA completa 26 anos, mas ainda tem muito trabalho pela frente](#)
- [Mais oportunidades para os jovens infratores de Pernambuco](#)
- [Apesar de avanço legal, direitos de crianças e adolescentes ainda são violados, dizem participantes de audiência](#)
- [Saiba como o ECA mudou o cenário da infância no país](#)

Assunto: Coordenadoria da Infância e Juventude do TJPE lança programa de apadrinhamento de crianças e adolescentes em todo o estado

Fonte: TJPE

Data: 14/07/2016



A palavra apadrinhar traz no seu conceito uma série de significados, dentre eles: proteger, apoiar, defender, favorecer. As definições se encaixam perfeitamente quando se trata de construir laços de afinidade e afetividade com crianças e adolescentes que necessitam de apoio e estrutura familiar. O apadrinhamento de meninas e meninos que vivem em instituições de acolhimento representa hoje uma iniciativa de sucesso em cinco comarcas do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Baseado no êxito dessas ações, a Coordenadoria da Infância e Juventude do Estado (CIJ), através da Comissão Estadual Judiciária de Adoção (Ceja/PE), lança o [Programa de Apadrinhamento Pernambuco que Acolhe](#), a primeira ação de apadrinhamento com abrangência em todo o estado.

A iniciativa busca proporcionar a crianças e adolescentes das diversas comarcas de Pernambuco, que permanecem nas instituições de acolhimento sem a alternativa de serem reintegrados em sua família de origem e sem perspectiva de colocação em família substituta, a construção de ligações externas e uma melhor integração na sociedade, através do apoio afetivo, material ou profissional da sociedade civil. O apoio vem por meio do apadrinhamento a exemplo do que já acontece através do Programa Estrela Guia, da 2ª Vara da Infância e Juventude do Recife; do Anjo da Guarda, da Vara da Infância e Juventude de Jaboatão dos Guararapes; do Anjos de Olinda, da Vara da Infância e Juventude de Olinda; do Mãos que

Cuidam, da Vara da Infância e Juventude de Vitória de Santo Antão; e do Acolhida Cidadã, da Vara da Infância e Juventude de Petrolina.

O programa Pernambuco que Acolhe irá funcionar nas comarcas do estado que não contam com uma ação de apadrinhamento específica voltada às crianças e aos adolescentes acolhidos em instituições. A ação prevê três modalidades de apadrinhamento: o afetivo, o provedor e o profissional. O afetivo tem por objetivo criar vínculos além da instituição, através do compromisso de acompanhar o desenvolvimento do afilhado por meio de visitas, passeios nos fins de semana ou comemorações especiais. O provedor é destinado a custear a qualificação pessoal e profissional dos acolhidos, com escolas, cursos profissionalizantes e práticas de esportes, e pode também ser direcionado a patrocinar melhorias nas condições estruturais das instituições de acolhimento. Já o profissional é aquele que vai atender às necessidades institucionais de crianças e adolescentes, por meio da promoção de cursos ou serviços pelo padrinho de acordo com a sua especialidade de trabalho. Poderá ser escolhida mais de uma modalidade de apadrinhamento.

Segundo a psicóloga da Ceja/PE, Maria Tereza Vieira de Figueiredo, o apadrinhamento tem como principal proposta a reintegração social da criança e do adolescente que vive em instituições acolhimento. "Nos abrigos, as crianças ficam limitadas apenas à realidade da instituição, não tendo consciência da vida real e social. Na maioria das vezes, não sabem o que é família, ou a lembrança que conservam, e que mais se aproxima do conceito de família, é uma história de abandono e sofrimento, e ao completarem a maioridade ficam sem perspectivas de um futuro melhor. Dentro desse contexto, o vínculo do apadrinhamento poderá proporcionar a essas crianças e adolescentes a oportunidade de quebrarem o ciclo da exclusão e da invisibilidade social e possibilitar a construção de uma base mais sólida de cidadania", observou.

A juíza Hélia Viegas, que atua como supervisora do programa junto ao coordenador da Infância e Juventude, desembargador Luiz Carlos Figueiredo, aponta outro fator importante para o desenvolvimento do programa nas instituições de acolhimento de todo o estado. "Em razão do número reduzido de técnicos e cuidadores e da falta de estrutura física em boa parte das casas de acolhida, em Pernambuco, muitos profissionais que atuam nesses locais acabam dando prioridade às tarefas de manutenção da própria instituição e, com isso, não conseguem priorizar o ambiente afetivo da criança, sua dimensão psíquica, nem atentar para suas potencialidades", avaliou.

Cadastro – Para se cadastrar, o padrinho ou madrinha deverá preencher a ficha de inscrição online, disponível [AQUI no site do TJPE](#), informando seus dados pessoais ou empresariais, sua localidade e o tipo de apadrinhamento desejado. Após o preenchimento, a Ceja/PE entrará em contato informando o local (comarca), a data e o horário em que ele deverá se apresentar com o restante da documentação necessária para a realização da entrevista.

No caso dos apadrinhamentos afetivo e profissional, será feito um estudo psicossocial e pedagógico com os requerentes pela equipe interprofissional da Ceja/PE ou do Juízo referente ao processo da criança ou adolescente a ser apadrinhado. Caso seja necessário, essa equipe poderá, ainda, solicitar documentação complementar e/ou agendar estudo psicossocial e pedagógico na residência dos padrinhos afetivos.

.....
Texto: Ivone Veloso | Ascom TJPE

Imagem: Hélio Vieira

Assunto: Em São Paulo, protestos contra assassinato de crianças marcam aniversário do ECA

Fonte: EBC Agência Brasil

Data: 14/07/2016



Bruno Bocchini – Repórter da Agência Brasil



Em São Paulo, manifestantes rejeitam propostas de redução da maioridade penal Rovena Rosa/Agência Brasil

Representantes de entidades ligadas aos direitos humanos e de movimentos sociais participaram hoje (13), na Praça da Sé, de uma manifestação em comemoração aos 26 anos de promulgação do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) – Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. A lei regulamenta a proteção integral à criança e ao adolescente no país.

O ato em São Paulo foi marcado por protestos contra os recentes assassinatos de jovens por agentes do estado. “Aquele criança que não morre logo ao nascer, está morrendo principalmente na adolescência. Temos casos que envolvem os próprios agentes do estado, pessoas que deveriam proteger a sociedade, principalmente as crianças e adolescentes, e que são, muitas vezes, os autores dos assassinatos”, afirmou Ariel de Castro Alves, membro do Conselho Estadual de Direitos Humanos (Condepe) e do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH).

Castro Alves citou o caso do menino Ítalo Ferreira, de 10 anos, que, no dia 2 de junho, foi morto por policiais militares em São Paulo, e de criança Waldik Chagas, de 11 anos, morto por um guarda-civil metropolitano também na capital paulista, no último dia 25.

“Aqui em São Paulo, temos um relatório da Ouvidoria de Polícia, segundo o qual, desde 2010, 191 crianças e adolescentes foram assassinados [por policiais]. Eles tinham menos de 16 anos. Isso mostra a gravidade da violência institucional contra crianças e adolescentes”, ressaltou o conselheiro do Condepe.

Segundo pesquisa feita em 2016 pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, 29 crianças e adolescentes são assassinados por dia no Brasil. No ano passado, um estudo do

Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), mostrou que 27 crianças são assassinadas por dia no país.

“Este é o mais grave problema que vive a infância no Brasil. São Paulo mesmo não tem nenhuma delegacia especializada em proteção de crianças e adolescentes. Temos que estruturar e qualificar as ouvidorias de polícia, as corregedorias e o Ministério Público”, destacou Castro Alves.

Para o conselheiro, seria importante que promotores criminais ou promotores da infância e juventude efetivamente fiscalizassem a apuração dos casos em que policiais, guardas, ou agentes estatais, cometem crimes contra crianças e adolescentes. “Esse trabalho de fiscalização cabe também nas unidades de internação, nos abrigos.”

Hoje, além dos casos de trabalho infantil e de envolvimento com a criminalidade, há no país 20 mil adolescentes internados cumprindo medidas socioeducativas, privados de liberdade, e 90 mil cumprindo liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade. Cerca de 40 mil vivem em abrigos. Apenas no ano passado, o Disque 100 teve mais de 80 mil denúncias de violência contra crianças e adolescentes.

Avanços

Ariel de Casto Alves ressaltou que o ECA foi responsável por avanços na defesa das crianças e adolescentes, na diminuição da mortalidade infantil, no aumento do acesso a educação, na adoção dos abrigos em forma de “casas-ares” – com infraestrutura e qualidade no atendimento – em lugar dos orfanatos, e na melhoria das instituições que aplicam medidas socioeducativas.

“Hoje temos abrigos, casas-lares para até 20 crianças e adolescentes, com apoio de educadores, cuidadores, equipes técnicas, psicólogos, assistentes sociais, que dão tratamento mais digno, mais individualizado àqueles que foram afastadas do convívio familiar em razão de violência, abandono ou negligência. Nisso avançamos na qualidade dos serviços de acolhimento e de atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência”, disse o conselheiro.

Castro Alves ressaltou, porém, que ainda é necessário implantar centros de referência para atender crianças e adolescentes vítimas de maus-tratos, abuso, abandono, para apoiar os pais, “principalmente na retomada dos vínculos familiar, e para encaminhamento aos demais programas sociais, educacionais, ou de saúde pública. Além disso, falta criar delegacias especializadas de proteção à criança e ao adolescente.

Edição: **Nádia Franco**

Assunto: Nos 26 anos do ECA, uma reflexão: como os Conselhos Tutelares devem atuar para erradicar o trabalho infantil?

Fonte: Promenino

Data: 13/07/2016

Promenino



Crédito: Chokchai Poomichaiya/Shutterstock

Por Gabriela Rodrigues*, do Promenino, com [Cidade Escola Aprendiz](#)

*Colaborou Ana Luísa Vieira

Como o conselheiro tutelar pode atuar de forma efetiva quando encontra um caso de trabalho infantil? Como o [Estatuto da Criança e do Adolescente](#) (ECA), que completa 26 anos neste dia 13 de julho, aborda a grave violação? Essas perguntas são mais comuns do que se pensa: pairam no dia a dia dos atores do [Sistema de Garantia dos Direitos](#) e também atingem o cidadão comum, aquele que luta à sua maneira para erradicar um dos mais graves problemas brasileiros. De acordo com o IBGE, 3,3 milhões de crianças e adolescentes [estão em situação de trabalho no país](#).

O [ECA](#), nascido no ano de 1990 e responsável pela criação dos Conselhos Tutelares, tem uma história de reconhecimentos e conquistas: com o documento, meninos e meninas são vistos como sujeitos de direitos em plena fase de desenvolvimento. Trabalhar nesta etapa da vida pode trazer graves [consequências físicas e psicológicas](#). O artigo 60 é claro ao dizer: [“É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos”](#).

Daniel Péres, conselheiro tutelar de Guapimirim (RJ), administrador da página [“Fala, Conselheiro!”](#) e parceiro do Promenino na série mensal “Tira-Dúvidas”, explica, no vídeo a seguir, como é realizado o atendimento às vítimas de trabalho infantil e quais os [principais canais para denúncias](#). “O Conselho sempre vai atuar em qualquer violação de direito, aplicando medidas protetivas, como encaminhamento à escola, a programas de orientação e acompanhamento”, ressalta Péres.

Assunto: Audiência na Câmara presta homenagem aos 26 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente

Fonte: Secretaria Especial de Direitos Humanos

Data: 14/07/2016

SECRETARIA ESPECIAL DE

Direitos Humanos

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA

A principal legislação para proteção da infância e adolescência do país, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completou 26 anos nesta quarta-feira (13). A data foi marcada com uma audiência pública realizada na Câmara dos Deputados, onde os participantes debateram os avanços alcançados nas políticas nacionais voltadas ao atendimento dessa parcela da população, além dos desafios para a efetiva implementação do ECA.

O presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança (Conanda), Fábio Paes, abriu as discussões com o seguinte questionamento: Todas as crianças e adolescentes neste país são considerados uma prioridade? E destacou que um dos problemas que precisa ser enfrentado pelo Estado brasileiro é exatamente a falta de ações que contemplem a diversidade de segmentos da sociedade, como as crianças indígenas, quilombolas, de fronteiras e dos povos das florestas. “A agenda da criança e do adolescente, nesse sentido, deve ser um espaço de articulação com outras políticas e segmentos”, disse. “Construímos e publicamos o ECA. Agora, precisamos fazer uma defesa mais contundente e real dessa legislação”.

Fábio Paes mencionou ainda como uma grave questão o alto índice de homicídios. Segundo o relatório *Violência Letal Contra as Crianças e Adolescentes do Brasil*, 29 crianças e adolescentes são assassinados por dia no país. “O estudo evidencia ainda que as meninas e meninos negros e de periferia são os principais alvos da violência. Esse genocídio é uma triste realidade”, complementou Paes, ao citar o relatório, que foi divulgado no último dia 30 de junho. Esse tema também foi abordado na apresentação da secretária nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente substituta, Ana Lúcia Starling, que classificou o “extermínio da juventude negra” como o mais “terrível desafio que a sociedade brasileira tem para encarar e discutir”. De acordo com Starling, que também é vice-presidente do Conanda, há diversas vitórias na promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes alcançadas ao longo desses 26 anos do Estatuto, mas ainda há muitos desafios para que ele seja cumprido na íntegra. “Convivemos com desafios antigos que permanecem mesmo depois da vigência do Estatuto e surgem novos trazidos pelas mudanças culturais da sociedade”, afirmou.

A partir da aprovação do ECA, em 13 de julho de 1990, foi garantida a doutrina da proteção integral aos direitos da criança e do adolescente, adequando a legislação nacional à Convenção sobre os Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas, promulgada pelo Brasil em 1990. Também detalhou o artigo 227 da Constituição Federal de 1988, que define a criança e o adolescente como uma prioridade absoluta.

Segundo avaliação do Conanda, foram identificados os seguintes progressos desde 1990: ampliação do acesso à escolarização, superação da extrema pobreza, proteção à saúde materna, ampliação da cobertura vacinal e redução da mortalidade infantil, a diminuição do

trabalho infantil e a erradicação do sub-registro de nascimento. Em relação a aprovação de normativos legais que, junto com o ECA, ajudam o país a ter uma das legislações mais avançadas do mundo em relação a crianças e adolescentes, estão a lei de criação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase e as leis que criaram os planos nacionais de Educação, de Enfrentamento à Violência Sexual e de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Por outro lado, o Conselho demonstrou preocupação com atual cenário no país, em que são debatidas mudanças na legislação para reduzir a maioridade penal e aumentar o tempo de internação para adolescentes em conflito com a lei. Outros aspectos preocupantes citados pelo Conanda são a violência física, institucional, verbal e a tortura, a exploração do trabalho, a longa permanência em instituições de acolhimento e o desrespeito ao direito de opinar e participar.

Uma das convidadas do encontro na Câmara, a adolescente Carolina Nunes Diniz defendeu a garantia de uma maior participação de crianças e adolescentes na construção das políticas públicas. Afirmou ainda que o país passa por um momento em que é preciso lutar para evitar retrocessos nos direitos já conquistados. “No momento em que o ECA completa 26 anos, nós deveríamos estar debatendo novos direitos. No entanto, somos obrigados a fincar os pés no chão para não ter nenhum direito a menos”, encerrou.

O evento, que foi uma iniciativa do deputado Padre João, contou com a participação dos seguintes expositores: Tiago Ranieri de Oliveira, Procurador do Trabalho e vice-coordenador nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente do Ministério Público do Trabalho; Maria do Carmo Arismende Hernandorena, secretária adjunta do Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; Eriva Hilário, representante do Movimento Sem Terra; e Suzana do Nascimento, capacitadora da Pastoral da Criança. O debate também reuniu parlamentares Luiza Erundina, Erika Kokay, Maria do Rosário e Pepe Vargas.

Homenagem: No encontro comemorativo aos 26 anos do ECA, foi prestada uma homenagem a ex-secretária nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, Angélica Moura Goulart, que faleceu nesta quarta-feira. Todos os expositores destacaram sua dedicação e empenho para a construção de políticas públicas voltadas à efetivação dos direitos humanos de meninas e meninos brasileiros. Angélica ocupou o cargo entre setembro de 2012 e outubro de 2015.

Assunto: ECA/26 anos: CNJ relembra conquistas pelos direitos da infância e juventude

Fonte: CNJ

Data: 13/07/2016



O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que dispõe sobre a proteção integral e o desenvolvimento da pessoa, em condições de liberdade e dignidade, está completando 26 anos. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) relembra uma série de iniciativas, nesse período, na defesa dos direitos da infância e da juventude. O cadastro único para adoção, o tratamento especial para presas grávidas ou com filhos e o monitoramento de jovens infratores foram algumas dessas ações. Confira:

Fórum Nacional da Infância e da Juventude (Foninj) - A [Resolução 231/2016](#), recentemente aprovada pelo Conselho, [determinou a criação do Fórum Nacional da Infância e da Juventude \(Foninj\)](#). Entre suas atribuições estão a de estudar e propor medidas para a coordenação, elaboração e execução de políticas públicas, no âmbito do Poder Judiciário, concentrando especialmente as iniciativas nacionais de aprimoramento da prestação jurisdicional na área da infância e da juventude. Essa resolução complementa uma ação que o CNJ tomou em 2009 para melhorar o serviço prestado pelo Poder Judiciário na área, a [Resolução 94/2009](#). O ato normativo determinou aos Tribunais de Justiça que criassem suas respectivas Coordenadorias da Infância e da Juventude.

Cadastro Nacional de Adoção (CNA) – É por meio dessa ferramenta institucional que a Justiça brasileira conduz o processo de adoção de crianças e adolescentes em todo o país. O

[CNA](#), coordenado pela Corregedoria Nacional de Justiça, também demonstra a preocupação do CNJ em facilitar o acolhimento de crianças e jovens. Lançado em 2008, o CNA foi reformulado em 2015, simplificando operações e possibilitando um cruzamento de dados mais rápido e eficaz. Com a nova tecnologia, no momento em que um juiz insere os dados de uma criança no sistema, ele é informado automaticamente se há pretendentes na fila de adoção compatíveis com aquele perfil. O mesmo acontece se o magistrado cadastra um pretendente e se há crianças que atendem às características desejadas. Atualmente, há 6.800 crianças e adolescentes cadastrados no sistema e 36.539 pretendentes.

Depoimento especial – Também é foco do CNJ a implantação das salas de depoimento especial para menores vítimas de violência conforme a [Recomendação 33/2010](#). Por meio da norma, o CNJ determinou a implantação de sistema de depoimento gravado em vídeo para as crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência e sugere algumas estratégias de localização e instalação de equipamentos eletrônicos. O depoimento, de acordo com a recomendação, deve ser realizado em ambiente separado da sala de audiências e oferecer segurança, privacidade, conforto e condições de acolhimento, e já é realidade em muitos tribunais.

Mulheres presas - O CNJ também trabalha na elaboração de uma resolução que estabeleça princípios e diretrizes para o acompanhamento das mulheres e gestantes presas, bem como de seus filhos, com o objetivo de impedir o encaminhamento deles à criminalidade. A minuta do ato normativo prevê, entre outras ações, a articulação com diversos setores na área da saúde, assistência social, educação, trabalho e segurança. A norma deve incorporar práticas do Projeto “Amparando Filhos”, do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), que tem alcançado bons resultados na assistência dispensada aos filhos menores de mulheres presas.

Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA) - O sistema CNCA foi desenvolvido com o objetivo de criar um serviço online contendo dados das entidades de acolhimento e de crianças e adolescentes acolhidos. O objetivo do CNCA é integrar, via web, as informações de todos os órgãos e entidades de proteção envolvidos com a medida protetiva de acolhimento, tais como os Juízos de Direito da Infância e da Juventude, as Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude, os Conselhos Tutelares, as instituições de acolhimento, entre outros, na busca pela garantia do direito de crianças e adolescentes de serem criados por uma família.

Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNAACL) - O CNAACL é um sistema desenvolvido para que os magistrados do Brasil possam fazer um acompanhamento efetivo dos adolescentes que cometeram Atos Infracionais.

Varas exclusivas para infância e adolescência – Em 2014, o CNJ publicou o [Provimento 36](#), que determina a instalação de varas de competência exclusiva em matéria de infância e juventude nas cidades com mais de 100 mil habitantes.

Ainda dentro do conjunto de iniciativas na defesa dos direitos da infância e do adolescente, o CNJ lançou, em 2012, uma pesquisa intitulada “[Panorama Nacional da Execução das Medidas Socioeducativas de Internação – Programa Justiça ao Jovem](#)”. A pesquisa traçou um estudo inédito sobre processos de adolescentes que cumpriam medidas socioeducativas em todas as unidades da Federação.

Manuel Montenegro e Paula Andrade

Assunto: Com 26 anos de implantação, ECA tem avanços e desafios em Ji-Paraná

Fonte: G1

Data: 14/07/2016



Trabalho infantil é considerado como erradicado pelo conselho da cidade. Combater violência e falta de educação são desafios a serem vencidos.



**ECA divulgou resultados positivos e problemas a serem solucionados em Ji-Paraná.
(Foto: Pâmela Fernandes/G1)**

Em comemoração ao 26º aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a unidade de Ji-Paraná (RO), a 370 quilômetros de Porto Velho, divulgou os principais resultados do trabalho desenvolvido na cidade, na última quarta-feira (13). Embora o ECA tenha registros de avanços, o órgão afirma que ainda há problemas a serem combatidos no município, como a falta de educação de qualidade e a violência doméstica.

Em entrevista ao **G1**, o presidente municipal do conselho do ECA, Francisco Marcos Gomes da Páscoa, destaca o combate ao trabalho infantil como um dos resultados do trabalho do órgão em Ji-Paraná nos últimos 26 anos. "Não vemos mais adolescentes engraxando em postos ou vendendo picolés na rua. Os casos que ainda existem são muito esporádicos. Podemos dizer que isto acabou", disse.

Apesar dos avanços apontados, os desafios para garantir os direitos das crianças e adolescentes na cidade ainda existem, segundo a secretária do ECA, Sônia Reigotta. Ela diz que o momento não deve ser de comemoração, mas de reflexão. Pois, mesmo que haja muitos avanços nas políticas públicas para crianças e adolescentes, além de entidades que trabalham com esse público, as medidas ainda não são suficientes.

Uma das maiores preocupações do ECA, segundo Sônia é o acesso à educação de qualidade. "A partir do momento que você investe na criança, você não precisa puni-la. Nesses 26 anos, se tivéssemos investido na criança, hoje, talvez estaríamos comemorando e não refletindo", lamenta.

Outro fato alarmante apontado pelo órgão durante o encontro é o aumento do número de denúncias de violência praticada contra crianças e adolescentes. Em 2016, os registros subiram cerca de 20% em relação ao ano passado. "A violência doméstica, os maus tratos que deixam marcas físicas é muito grande ainda. A violência tem crescido a cada dia e isso revolta a sociedade e a criança, que vai crescendo naquele ambiente violento", declara Francisco.

O ECA foi implantado no Brasil há 26 anos para defender os direitos de crianças e adolescentes em todo o País. A atuação se estende em todos os municípios por meios dos conselhos municipais.

Assunto: 1º Conselho Tutelar de Porto Velho atende 150 adolescentes por mês

Fonte: G1

Data: 13/07/2016



Capital de Rondônia possui cinco conselhos tutelares em atuação. Evento na cidade comemorou criação de 26 anos do ECA no Brasil.

Hosana MoraisDo G1 RO



1º Conselho Tutelar de Porto Velho atua a quase 23 anos na cidade (Foto: Hosana Morais/G1)

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completou, nesta quarta-feira (13), 26 anos de criação no Brasil. De acordo com o conselheiro tutelar do 1º Conselho de [Porto Velho](#) Silvano Oliveira Nascimento, a instituição atende por mês 150 crianças e adolescentes por mês. O número poderia ser maior, se houvesse uma divulgação intensa das ações ofertadas.

Segundo Nascimento, a falta de verba tem dificultado a divulgação do ECA na cidade. "Infelizmente nós, os conselheiros tutelares, não temos verbas disponíveis, não dispomos de panfletos ou banners que possam facilitar a divulgação do trabalho. Devemos ressaltar ainda que é de total responsabilidade casos de crianças de até 11 anos 11 meses e 29 dias", explicou Nascimento.



1º Conselho de Porto Velho atende em média 150 crianças por mês (Foto: Reprodução/TV Tem)

Na tarde desta quarta-feira (13) foi realizado o "Entardecer com o ECA" com entidades ligadas a aplicação do estatuto, o evento aconteceu no Espaço Alternativo.

Na ocasião foram distribuídos folders sobre a atuação e proteção do ECA, além de apresentações culturais, intercaladas com falas sobre violações de direitos humanos de crianças e adolescentes

O 1º Conselho Tutelar de Porto Velho foi instalado na cidade dia 8 de agosto de 1993, ou seja, três anos depois da implementação do ECA no Brasil. Na capital de [Rondônia](#) existem cinco Conselhos Tutelares, sendo um deles na zona rural.

Assunto: Artesãos ensinam crianças a fazer o próprio brinquedo na Fenearte

Fonte: G1

Data: 13/07/2016



Crianças aprendem truques na montagem do rói-rói, brinquedo popular.

Oficinas são gratuitas e seguem até o domingo (17), em Olinda.

Moema França



**Crianças aprendem a fazer rói-rói, brinquedo popular que faz barulho quando gira
(Foto: Moema França/G1)**

Fazer o próprio brinquedo é um desejo de muitas crianças. Pensando nisso, o artesão Severino Gomes, de Bezerros, passou a tarde desta quarta (13) no mezanino do Centro de Convenções, em Olinda, ensinando crianças a montarem o rói-rói, brinquedo popular que faz barulho quando gira. A iniciativa faz parte da grade de oficinas oferecidas pela Feira Nacional de Negócio do Artesanato (Fenearte), cuja temática, Arte Brincante, serviu de inspiração.

Com ajuda do artesão, as crianças descobriram que juntando cola com rolo de papelão, papel de presente e um pedaço de corda dava para montar um brinquedo. Elas também perceberam que, ao contrário do que muita gente pensa, o barulho do rói-rói não é feito pela parte de dentro da caixa e sim pelo atrito entre a corda e a resina que fica na haste de madeira.

“Nós temos que derreter a resina para ela virar breu e aí melamos o pedacinho de madeira para fazer o brinquedo. Como a fumaça da produção do breu é um pouco tóxica, já trouxemos essa parte pronta para as crianças montarem o restante”, explica Severino, que trabalha com brinquedos profissionalmente há 35 anos e tem feito boas vendas por causa do tema do evento deste ano.



Artesão fez brinquedo na Fenearte que imita o cantar de um galo (Foto: Moema França/G1)

Na oficina do dia anterior, ele criou uma nova arte brincante: um galo, em cima da estrutura do rói-rói, que canta quando o artesão faz o atrito da haste de madeira com a corda. “Fiz esse para brincar com o artesão que fica do lado do meu estande e fabrica galos da madrugada. É bom trabalhar com brinquedo porque é sempre novidade”, conta rindo.

A idade mínima para participar das oficinas é cinco anos e a professora Vanusa Silveira achou que seria uma boa oportunidade para trazer as duas filhas pequenas. “Gosto mais de brincar com o rói-rói porque não deixa a infância morrer, não é?”, opina Carolina, de 11 anos, filha de Vanusa, quando questionada se preferia jogar no tablete ou se divertir com brinquedos. Nicole Luna, de oito anos, também adorou conhecer o rói-rói. “Minha parte preferida foi colocar o papel de presente com cola”, afirma.

Todos os itens usados por Severino Gomes na produção das peças são reciclados do lixo. “Tudo é de papelão, madeira, papel. O lixo é uma fonte de matéria-prima para fazer artesanato”, argumenta. O estande do artesão, que fica na rua 14 da feira, expõe os cavalos de balanço que fabricou com um guarda-roupa usado que achou na rua. “Fiz 40 cavalos de 60 centímetros de largura com esse guarda-roupa. Ninguém imagina que peguei no lixo”, explica.

Mamulengos



Artesão ensina criança a esculpir em madeira para fazer bonecos (Foto: Moema França/G1)

Simultâneo à oficina do rói-rói, o artesão Almir Barbosa ensinava crianças a fazerem mamulengos, bonecos que se mexem com cordas ou com as mãos do brincante. A oficina é voltada para crianças, mas adultos também são bem-vindos. Ele explica que há duas categorias dos bonecos, a de fios e a de luva. A primeira é de bonecos dançantes, mais voltada para espetáculos de rua. Já a segunda é dos bonecos de teatrinho, em que a pessoa encaixa a mão por dentro para dar vida ao mamulengo.

Na oficina, o artesão ensina como modelar a madeira com estilete, pintura e confecção das roupas. “Algumas crianças ficaram de voltar porque a pintura da madeira ainda não secou e elas querem sair com a peça pronta para brincar”, conta Almir. Catarina Daltro Sotero, de 10 anos, pretende mostrar a produção para as amigas da escola. “Somos de Camaragibe [Região Metropolitana do Recife] e viemos pela primeira vez na feira, adoramos a oficina porque tem o contato com o artesanato”, conta a mãe de Catarina, Paula Rafaela.



Rói-rói feito por crianças durante oficina na Fenearte (Foto: Cynthia Myarka/Divulgação)

As oficinas são gratuitas e seguem até o domingo (17). As inscrições são feitas 15 minutos antes do horário das aulas, no mezanino do Centro de Convenções. Podem se inscrever crianças com mais de cinco anos e o público adulto. Confira os horários:

- Mamulengos, ministrada Almir Barbosa, das 15h às 17h e 18h às 20h
- Linhas Pinguin, ministrada por Marly, das 15h às 17h e 18h às 20h
- Futebol de paleta, ministrada Edivaldo Nunes, das 15h às 17h e 18h às 20h
- Brinquedos Populares, ministrada por José Pedro e Severino Gomes, das 15h às 17h e 18h às 20h

A Fenearte funciona das 14h às 22h, durante a semana, e das 10h às 22h, nos sábados e domingos. Os ingressos custam R\$ 10 e R\$ 5 (meia) de segunda a quinta e R\$ 12 e R\$ 6 (meia) nas sextas, sábados e domingos. A programação completa está disponível no [site](#) do evento.

Assunto: Agências da ONU e parceiros lançam Aliança Mundial para acabar com a violência infantil

Fonte: ONUBR

Data: 13/07/2016



Estudos indicam que até 1 bilhão de crianças foram vítimas de violência física, sexual ou psicológica em 2015. Uma em cada quatro crianças sofre maus tratos físicos e quase um quinto de todas as meninas já sofreu abuso sexual pelo menos uma vez em sua vida.

Iniciativa da OMS, UNICEF, UNODC, Banco Mundial e parceiros vai combater violações com iniciativas que incluem questões de infância e gênero, apoio para jovens delinquentes, educação e vulnerabilidades em situações de conflito.



Na Índia, iniciativa vai promover discussão sobre papéis de gênero na sociedade. Foto: UNESCO / GMT Akash

Agências da ONU e parceiros anunciaram na terça-feira (12) o lançamento de [uma nova Aliança Mundial](#) para pôr fim à violência contra crianças. A iniciativa vai combater violações dos direitos de meninos e meninas em sete frentes distintas, que incluem questões de infância e gênero, apoio para jovens delinquentes, educação e vulnerabilidades em situações de conflito.

Estudos recentes publicados no periódico científico *Pediatrics* estimam que até 1 bilhão de crianças foram vítimas de violência física, sexual ou psicológica no ano passado.

De acordo com a pesquisa, atualmente, uma em cada quatro crianças sofre maus tratos físicos e quase um quinto de todas as meninas já sofreu abuso sexual pelo menos uma vez em sua vida. Entre os adolescentes, o homicídio aparece entre as cinco principais causas de morte.

Outro levantamento — elaborado pelos Centros de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos (CDC) — aponta que a violência na infância pode agravar problemas de

saúde mental e reprodutiva e taxas de suicídio e de infecção por HIV ao longo do crescimento das crianças.

Em 12 países da América Latina e Caribe onde o centro de pesquisa realizou entrevistas, a porcentagem de mulheres vítimas de violência provocada por seus companheiros em idade adulta revelou-se significativamente mais alta entre as que já haviam sofrido violações durante a infância.

“Para acabar com a violência contra as crianças, devemos começar reconhecendo elas são indivíduos com direitos e criar as condições necessárias para prevenir qualquer ator de violência contra elas”, destacou a assessora regional da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) — uma das parceiras da Aliança Mundial —, Alessandra Guedes.

“As crianças que vivem sem violência não apenas são adultos mais saudáveis, como também apresentam menos probabilidade de que, eles mesmos, quando adultos, possam perpetuar o ciclo de violência, o que faz com que seus filhos tenham melhores resultados em matéria de saúde.”

Parceria terá ações em diversas áreas

O cenário crítico levou a Organização Mundial da Saúde (OMS) — e seu braço regional, a OPAS —, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), o Banco Mundial, a Agência para Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos (USAID) e outras iniciativas a se unirem pelo fim da violência infantil.

A parceria global prevê programas voltados para o fortalecimento de leis que protegem adolescentes e crianças, como medidas que limitam o acesso de jovens a armas de fogo na África do Sul e normas que tipicam como delito formas violentas de castigo adotadas por parentes em muitos países europeus.

Também estão incluídas estratégias para transformas crenças e comportamentos sobre os papéis de gênero que rapazes e garotas são forçados a desempenhar na Índia, em Uganda e nos Estados Unidos.



Crianças deslocadas internamente, vítimas do conflito na Colômbia. Foto: ONU/Mark Garten

No Afeganistão e na Costa do Marfim, iniciativas semelhantes serão implementadas tendo em vista também a relação das disparidades entre homens e mulheres com a distribuição dos recursos financeiros.

Outro ponto contemplado pela nova Aliança Mundial é a necessidade de melhorar os espaços e moradias de zonas consideradas “críticas”, habitadas jovens e crianças da Colômbia, do Reino Unido e dos Estados Unidos.

Na nação norte-americana e também no Quênia, na Libéria, em Mianmar e na Tailândia, a cooperação entre os organismos internacionais buscará ainda implementar programas de capacitação sobre criação dos filhos.

Na China, na Croácia e também na África do Sul, a Aliança Mundial prevê outros projetos para tornar os ambientes escolares mais seguros e aprimorar as habilidades dos jovens. Já na Europa e nos Estados Unidos, serão desenvolvidas iniciativas de apoio a delinquentes juvenis.

Fundo vai financiar projetos

A parceria entre os organismos internacionais conta também com um fundo que vai prestar apoio financeiro a projetos envolvidos no combate à violência infantil. Inicialmente, serão privilegiados programas de prevenção da violência on-line, em especial da exploração sexual em rede, e outros projetos voltados para crianças em situação de conflito e crise humanitária.

Assunto: ECA completa 26 anos, mas ainda tem muito trabalho pela frente

Fonte: Jornal do Comercio

Data: 13/07/2016

jornal do  commercio



Foto: Agência Brasil

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar os direitos da criança e do adolescente. Isto é parte de um dos artigos do Estatuto da [Criança e do Adolescente](#) (ECA), que [nesta quarta comemora 26 anos de vigência](#). Educação, saúde, proteção, integridade física e psicológica e até mesmo brincar são algumas das garantias dos pequenos pela legislação. Mas ainda existe muito trabalho pela frente, conforme o coordenador da infância e juventude do tribunal de Pernambuco, o coordenador da Infância e Juventude, desembargador [Luiz Carlos Figueiredo](#).

Antes do [ECA](#), predominava a doutrina do “Menor em Situação Irregular”, que desrespeitava a dignidade das criança e ao adolescente e admitia situações de não proteção. “A partir da escrita do estatuto, os menores passaram a contar com a doutrina da proteção integral, onde eles têm prioridade absoluta, são considerados sujeitos de direitos e são reconhecidos como pessoas em desenvolvimento”, explica o desembargador.

O magistrado destaca ainda que a [legislação sofreu uma série de mudanças ao longo dos anos, afim de se adequar](#) às mudanças e necessidades da sociedade atual e cumprir o objetivo de proteger integralmente as crianças e dos adolescentes. “Os conceitos e a consciência foram evoluindo e, hoje, o ECA não é mais o mesmo de 26 anos atrás. A ideia é a mesma, mas o texto foi modificado”, comenta.

Uma das mudanças relevantes introduzidas no ECA é relacionada à adoção. A partir de 2009, os pretendentes à adoção começaram a passar por uma preparação jurídica e psicossocial sob pena de exclusão do Cadastro Nacional de Adoção (CNA). “Com a obrigatoriedade da

vinculação ao CNA e a capacitação dos adotantes, começou a haver a diminuição das chamadas adoções ilegais", destaca.

Apesar de comemorar os avanços, o desembargador considera que ainda existem aspectos que precisam evoluir. "Ainda estamos atrasados no quesito da execução. No texto, a ideia é ótima, mas quando chega na ação, falta investimento nas escolas, demora nos recursos dos [menores infratores](#), falta de planos individuais das medidas socioeducativas", lembra Luiz Carlos Figueiredo.

Com os direitos, vêm também os deveres, apesar destes não estarem descritos explicitamente. A lei garante o acesso à educação, mas o menor precisa frequentar as aulas e estudar. A liberdade, dignidade e o respeito também são assegurados, mas, em contrapartida, a criança e o adolescente precisa respeitar o próximo, lembram juristas.



A criança precisa de médico quando está doente, de uma família para cuidar dela, de alimentação e uma casa boa para morar.

Júlia Torácio, 7 anos



Ter direitos é importante para que a criança tenha uma vida boa.

Eduarda Ferraz, 7 anos



As crianças não devem trabalhar, elas têm que brincar e ir para escola.

Bruna Costa, 7 anos

Assunto: Mais oportunidades para os jovens infratores de Pernambuco

Fonte: Diário de Pernambuco

Data: 14/07/2016



O projeto proporciona a inserção dos jovens em instituições e órgãos públicos, na categoria de aprendiz, garantindo direitos trabalhistas e previdenciários para os selecionados

Por: [Max Felipe](#) - Especial para o Diário

O direito à cidadania de jovens infratores de 14 a 22 anos ganhou mais força ontem. Em comemoração aos 26 anos do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), o projeto Vida Aprendiz foi lançado pelo governo do estado como uma das alternativas para evitar a reincidência de atos infracionais dos adolescentes e jovens do sistema socioeducativo e egressos da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase).

O governador Paulo Câmara assegurou a ampliação de 15% para 30% o número de vagas destinadas a aprendizes em instituições públicas estaduais. Atualmente, 29 jovens são atendidos pelo projeto cumprem medidas educativas em 12 órgãos parceiros públicos e privados.

O Vida Aprendiz proporciona a inserção dos jovens em instituições e órgãos públicos, na categoria de aprendiz, garantindo direitos trabalhistas e previdenciários para os selecionados. Este ano, o projeto pretende atender 100 jovens, de 14 a 22 anos, da Região Metropolitana do Recife (RMR).

O estudante do 3º ano Lucas Martins, 18 anos, cumpriu medida socioeducativa durante nove meses na unidade da Funase em Santa Luzia, no Recife. Como um dos beneficiados, ele recebe uma bolsa de R\$ 440 e tem uma carga horária de 20h semanais no setor administrativo da oficina do Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco (Lafepe). “Quando saí da ressocialização, encontrei uma luz. Passei na seleção de aprendiz há dois meses e tenho certeza que vou fazer boas escolhas na minha vida profissional”, comentou.

Ontem, Lucas entregou ao governador uma camisa do projeto como forma de agradecimento. “Temos que encontrar mecanismos para reduzir o desemprego e aumentar a qualidade de vida das pessoas”, disse o governador Paulo Câmara.

Segundo o secretário de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude (SDSCJ), Isaltino Nascimento, o Vida Aprendiz defende a ideia de que os menores infratores também sujeitos de direitos e merecem acesso à cidadania e proteção. “Pernambuco é o primeiro estado no país a garantir a oportunidade de jovens infratores”, destacou.

Capacitação e encaminhamento profissional

- # Vagas profissionais na área administrativa dos órgãos públicos
- # Limite de vagas no total de 30% do quadro funcional de cada entidade
- # Salários e benefícios trabalhistas para os jovens contratados
- # Desenvolvimento da cidadania, autonomia e potencialidade de cada um
- # Carga horária de 20h semanais

Participam do projeto

- # Jovens de 14 a 22 anos
- # Cursando ou ter concluído o ensino em escola regular
- # Cumprimento de medida socioeducativa (internação, semiliberdade, liberdade assistida e/ou prestação de serviço à comunidade)
- # Ter recebido extinção do sistema socioeducativo (egressos)
- # Residir em município da Região Metropolitana do Recife (RMR)

Assunto: Apesar de avanço legal, direitos de crianças e adolescentes ainda são violados, dizem participantes de audiência

Fonte: Rede Nacional Primeira Infância

Data: 14/07/2016



Apesar dos “inegáveis conquistas”, ainda falta muito para que todos os direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, lei 8.069/90) se tornem realidade, afirmaram participantes de audiência pública sobre os 26 anos da lei realizada nesta quarta-feira (13) pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Problemas como violência, inclusive abuso sexual, proposta de redução da idade penal com aumento de tempo de internação, além da possibilidade da diminuição dos recursos para educação e saúde, estão entre os mais graves, segundo os debatedores.

Dentre os avanços ocorridos desde a publicação da lei, vice-presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), Ana Lúcia Starling, destacou “queda drástica da mortalidade infantil e universalização da educação de crianças e adolescentes, principalmente negros”. Starling lembrou ainda a redução da extrema pobreza, principalmente na última década, mais acentuada entre crianças de até 5 anos.

Representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Erivan Hilário, que é mestre em educação, concorda que foi nesse campo que o país mais avançou. No entanto, reclama que “não no mesmo ritmo do encarceramento”.

Além disso, relatou que no campo há anos ocorre uma “política sistemática” de fechar escolas. Seriam mais de 37 mil na última década. “Agora essa luta se mostra também no espaço urbano, o que resultou em escolas ocupadas”, destacou.

Para Hilário, a ocupação de escolas é um sinal de que os jovens não aceitam mais que adultos escrevam a história deles. “Eles querem colocar a mão na massa, é a afirmação como sujeitos que constroem a sua própria vida”.

Representante dos adolescentes na comissão organizadora da Conferência da Criança e do Adolescente, Djeison Rique Barazatti concordou que os jovens assumem protagonismo ao participar de movimentos como esse de ocupação de escolas. “Estamos também em busca de democracia com direitos, mobilizados porque é mais do que inaceitável, é burrice aceitar esse ataque a nossa democracia”.

“Golpe político”

Apesar de concordar com os progressos possibilitados pelo ECA, o presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), Fábio José Garcia Paes, ressaltou as deficiências, que, para ele, tornam-se ainda mais graves no contexto do “golpe político”.

Paes defendeu que o governo interino, “em nome de princípios neoliberais, promove privatização da saúde e educação ao negar recursos para garantir serviços públicos de qualidade, estratégicos para alguns grupos”.

O deputado Pepe Vargas (PT-RS) explicou que a Proposta de Emenda à Constituição 241/16, “que o governo ilegítimo encaminhou ao Congresso, significa acabar com a vinculação mínima para saúde e educação, com perdas consideráveis”. O deputado lembrou ainda que a mudança de regime de exploração do petróleo no pré-sal, também vai significar menos recursos para esses setores. Atualmente, pela legislação, parte da arrecadação do Estado com o pré-sal deve ser destinada exclusivamente às duas áreas.

Outra representante dos adolescentes da comissão organizadora da Conferência da Criança e do Adolescente, Carolina Nunes Diniz lamentou que, em vez de comemorar os 26 anos do ECA com defesa de novos direitos, “o memento seja de fincar o pé no chão para não perder nenhum dos que já foram conquistados”.

A deputada Luiz Erundina (Psol-SP) fez coro com demais participantes ao afirmar que não basta a lei existir, porque o simples reconhecimento de um direito não garante que seja respeitado. “A lei existe, é avançada, uma conquista do povo”, disse. “Mas ainda tem tanta violência, o que significa que a sociedade ainda não se apropriou desse avanço, vai ser preciso muita mobilização para que não seja letra morta”.

Violência e discussão de gênero

O presidente do Conanda ressaltou também que atitudes conservadoras de integrantes do atual governo, como as que negam a discussão sobre a diversidade de gênero, geram estupros e outras violências contra meninos e meninas.

Para o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias e autor do requerimento para realização do debate, deputado Padre João (PT-MG), é preocupante o aumento dos casos de gravidez de crianças entre 10 e 13 anos. Na opinião do deputado, essa realidade preocupa ainda mais porque significa que a cultura do estupro ainda é encarada com “certa normalidade”. Até porque, conforme acrescenta, “os dados mostram que o principal violador é próprio pai”.

Romper com essa realidade, na concepção da subsecretária de Política para Crianças e Adolescentes do Distrito Federal, Perla Ribeiro, requer realmente a discussão de gênero. “Sem essa discussão, associada a racismo e direitos da população LGBT, todas interligadas com direitos humanos, vai ser muito difícil conseguir avançar”, sustenta.

Trabalho infantil

O vice-coordenador nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente do Ministério Público do Trabalho (Coordinfância), Tiago Ranieri de Oliveira, chamou a atenção para o fato de o trabalho infantil continuar a ser “uma violação invisível”. Esse fato, para ele, fica claro quando se constata que a maioria dos brasileiros ainda concorda que é melhor estar no trabalho que nas ruas.

Ao contrário do que se acredita, segundo Oliveira, o trabalho infantil não dignifica. Ao contrário. “É o trabalho que adoeça e mutila crianças e adolescentes, que afasta da escola”, o que vai significar a perpetuação da violência, uma vez que um adulto sem qualificação não vai conseguir inserção satisfatória no mundo do trabalho.

(Informações: Agência Câmara)

Assunto: Saiba como o ECA mudou o cenário da infância no país

Fonte: Childhood

Data: 13/07/2016



O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi criado em 13 de julho de 1990. Hoje, essa lei completa 26 anos de proteção à infância. A adoção do Estatuto é um marco para a ampliação do direito das crianças e dos adolescentes no país. Com ele, o Brasil aderiu a um novo paradigma de tratamento das questões relacionadas à proteção dos direitos de crianças e adolescentes, a saber, a doutrina da proteção integral, que considera crianças e adolescentes sujeitos de direitos e garantias fundamentais, em situação de absoluta prioridade, e anuncia a responsabilidade compartilhada entre Estado, sociedade e família, na garantia de uma infância e adolescência dignas, saudáveis e protegidas. Entenda o que mudou de lá para cá na legislação:

- **Com o artigo 130**, o ECA protege crianças e adolescentes de abusos sexuais dentro de suas casas afastando deles o seu agressor:

Anteriormente, o abuso sexual não era nem sequer mencionado no Código. A situação irregular em que os menores de idade se encontravam, pela antiga lei, era definida por maus tratos, castigos imoderados ou situações que ofendessem à moral. Hoje, além de citar a violência sexual, o Estatuto define as penalidades para quem praticar esse crime contra crianças e adolescentes.

- **Com o artigo 241**, crianças e adolescentes estão protegidos contra a venda ou exposição de conteúdo pornográfico envolvendo sua imagem:

A exploração sexual de crianças e adolescentes também não era abordada explicitamente no Código. A única menção que havia era de “exploração em atividade contrária aos bons costumes”, sem especificar, de fato, o que isso significaria. Atualmente, com o ECA, o assunto é tratado e, por isso, mobiliza agentes do governo para enfrentar essas situações.

- **Com o artigo 236**, a rede de proteção à infância começa a ganhar forma, por meio do nascimento dos Conselhos Tutelares.

No passado, o Conselho Tutelar não existia. Ele surgiu junto com o ECA para ampliar a rede de proteção à infância. O antigo Código de Menores identificava crianças e adolescentes como menores de idade e, conseqüentemente, indivíduos com menos direitos. Agora, temos órgãos competentes para lidar com essa categoria, tanto na prevenção de violação de direitos quanto no enfrentamento.

- **Com o artigo 241-D**, o ECA busca proteger as crianças e os adolescentes também no novo contexto de mídias digitais:

O Estatuto mostra seu caráter atualizado ao ampliar a rede de proteção também para o mundo virtual. Constranger ou instigar crianças e adolescentes para a prática de atos libidinosos em qualquer meio de comunicação é considerado crime e agentes do governo, inclusive, já trabalham para ampliar a rede de proteção na internet.

- **Com o artigo 232**, o ECA considera crianças e adolescentes como pessoas de direitos em situação peculiar de desenvolvimento:

O antigo Código de Menores era voltado para as imposições que cabiam aos pais e responsáveis sobre diversas situações, sem levar em consideração o desejo das crianças e dos adolescentes como seres autônomos. Com o ECA, o cenário mudou e agora há uma proteção ao desenvolvimento de cada indivíduo sem submetê-los à possíveis traumas.